

## Editorial

Eis aí a revista *O Olho da História* como uma Fênix! Depois de 1998 a *Oficina Cinema-História* não publicava mais nenhum número. Não por falta de artigos, pois tínhamos o suficiente para publicar mais três números pelo menos, que doamos a várias revistas irmãs, como por exemplo, a *Politéia* da Universidade do Sudoeste da Bahia. Mas por falta de recursos financeiros.

Assim sendo, tivemos que mudar um pouco o Projeto Gráfico e Editorial da *O Olho da História* para faze-la aparecer primeiramente on-line e depois impressa. Ela continua uma revista voltada para história contemporânea, mas, sobretudo centrada em questões teóricas e práticas ligadas à relação cinema, novas tecnologias e IMAGEM-HISTÓRIA, questões sobre teoria da história e sua natureza científica. É claro que sua inserção no mundo contemporâneo e sua opção por uma concepção processual, não a fazem abdicar, portanto, ao presente como história ou à chamada história imediata. Sempre que reconheçamos a necessidade e a legitimidade, publicaremos no seu espaço artigos de natureza mais historiográfica ou de análise de conjuntura. Todavia as razões aventadas acima e o extraordinário volume de trabalho que significa produzir uma revista com as características de *O Olho da História*, tal qual ela foi produzida até o número 5, nos impede de atribuir mais espaços a expressões que não essas mais estritas.

Estamos preocupados em dar vazão às nossas reflexões mais especializadas na relação imagem-história, nas questões relacionadas à subjetividade na história contemporânea, nos problemas ligados à representação da história na linguagem escrita e imagética, em questões conectadas à maior ou menor capacidade de produzir mais “verdades” sobre os fenômenos e os processos sobre os quais o historiador e o cientista social se debruçam, através de uma ciência que inevitavelmente deve admitir sua subjetividade.

Mas, por isso mesmo e a um só tempo, não poderíamos abrir mão de sua proposta inicial de abordagem dos referidos processos através da transdisciplinaridade. Ora, nada mais instigante do que pensar a história através de uma liberdade que admite de antemão a complexidade da história, e seu caráter



multifacetado e polissêmico. A relação imagem-história é um desses laboratórios que, ao admitir todas as abordagens possíveis – mesmo defendendo a liberdade de outros analistas recusarem - e até mesmo necessárias, não rejeita antigas categorias consideradas superadas. Nem o fenômeno das classes sociais, nem o fenômeno da ideologia (e das ideologias) são rejeitados, nem como objetos da investigação, nem como categorias da análise. Mas não vemos porque admitirmos ilegitimidade para os sonhos, os sons, a oralidade, os odores, a multiplicidade dos tempos históricos e de suas narrativas na história. Mais que admitidos esses componentes do processo histórico devem ser perquiridos. E isto em diversos níveis, quer como suportes de componentes constitutivos da realidade exterior e interior à nossa percepção, quer como elementos que intervêm na realidade enquanto agentes condicionantes e mesmos transformadores ou mantenedores dos processos históricos. Eles aparecem para nós também como suportes ou elementos constituintes das novas linguagens narrativas, quer como elementos depositários de informações importantes para o conhecimento de aspectos importantes de um determinado período. Tais linguagens têm as suas especificidades e precisam ser lidas ou apreendidas levando-as em consideração. Por isso cabe ao historiador e aos cientistas sociais o aprender a manejar os mais diversos métodos, instrumentos e tecnologias. Mas não acreditamos ser indispensável (se fosse factível) ao historiador ser um Goya, ou um Sebastião Salgado, ou um Glauber Rocha para entender que sua estética tem algo de específico. Se for verdade que muitos analistas não reconhecem essas especificidades, não é menos verdade que muitas vezes, para não dizermos sempre, o artista ele mesmo, não é senhor absoluto da sua linguagem ou da especificidade que ela encerra. Do mesmo modo que o ato de criar não é senhor de tudo, o ato de pensar a criação e o que ela traduz, pode ser completo. Portanto, não cabe nem absolutismos, nem relativismos absolutos.

Desse modo, vez que inevitavelmente temos que polemizar - o que, aliás, dá mais entusiasmo à prática científica, buscaremos dar uma atenção especial à chamada crise dos paradigmas científicos e aquela da história. Nossa ponto de partida fundamental é a constatação da crise do paradigma maior do pensamento ocidental, aquele de Descartes, do método analítico e da razão pura. A nosso favor



temos uma primeira crítica que foi elaborada por Emmanuel Kant, que dizia ser a razão, por sua natureza mesma, atordoadora dos homens. Já à sua época, Kant introduziu uma ruptura fundamental com o modelo cartesiano dominante, ao sustentar a hipótese de que o conhecimento científico é o resultado da colaboração entre as sensações e os conceitos. A transcendência dessa hipótese que não encontrou de imediato, uma base empírica sistematicamente organizada em sua época, é fabulosa já nela mesma. Ela permanece extraordinária, mais que nunca, na nossa! E isso particularmente no que concerne à perspectiva de reconstrução do paradigma científico em geral e do historiográfico em particular.

Mas reconhecer os limites do paradigma cartesiano não significa, todavia, destituí-lo completamente de eficácia. O método cartesiano continua válido, porque mesmo depois da crítica de Kant, da crítica de Marx e, ainda, da crítica de Nietzsche, ele guarda uma certa competência. Portanto, desde já o nosso método de abordagem da crise de paradigmas, parte da hipótese de que não se trata de jogar as aquisições científicas da humanidade na lata do lixo. Trata-se sim de encontrar os seus limites e mesmo suas contradições e construir os caminhos de sua superação. Nesse processo acha-se admitida não uma soma amalgamática, mas uma síntese dialética. Em suas *Teses sobre Feuerbach* Marx afirmava que o defeito principal de todo o materialismo era que, os objetos, a realidade, não eram tratados como atividade sensível do homem, ou seja, não subjetivamente, como práxis. Para sair do *passeismo*, ou seja, o culto reacionário do passado, era necessário admitir a atividade do pensamento humano, não apenas como uma atividade crítico-teórica, mas também prático-orgânica, ou melhor, crítico-orgânico como lhe diz Fougeyrollas. Era para ele, na prática, que o pensador deveria mostrar a potência e a precisão de seu pensamento. Nietzsche, ao seu modo, acertou quando reivindicou uma utilidade social para a história e quando criticou o eruditismo que reinava à sua volta, como vitória da sociedade urbano-industrial e do fetichismo da mercadoria, que transformava a busca do fato histórico documentado num fim em si mesmo. Ele teve razão ao buscar apoio nos pré-socráticos ionianos. Na sua época talvez, não fosse possível mais que isso. Mas na nossa época, os avanços da neurobiologia (os exemplos de Antônio Damásio são fundamentais), mostram que a



emoção e os sentimentos são indissociáveis daquilo à que chamamos de razão e daquilo que outros chamaram de práxis.

É aqui que regressamos ao laboratório especial que temos na relação IMAGEM-HISTÓRIA: o século XX foi o século das imagens em movimento. O século XXI será aquele da conquista de novas formas de narrativas e representações da história. Se mais de 80% das informações (que são também formadoras) que recebemos são componentes inseridos ou organizados pelas imagens, se a proliferação dos multimeios são mais que incontornáveis, como poderão os historiadores, sociólogos e cientistas das humanidades permanecerem à margem desses novos processos? Nossa ciência continua sustentando que não é possível existir nenhuma estética, nem nenhuma ética que não seja baseada na necessidade de aliviar os fardos humanos. Nisso não somos nem célicos, nem niilistas. Mesmo se somos célicos ao medirmos as possibilidades que a humanidade tem ainda para ir a busca do tempo perdido, ao mesmo tempo, acreditamos na utilidade do ato de historiografar como um dos caminhos dessa busca. Mas estamos convencidos de que a idéia da utilidade social da história não pode ser medida ou examinada a partir do mesmo prisma do das ciências físicas ou biológicas, por exemplo, e mais ainda daqueles que presidiram o cientificismo no século XIX. Qual então o conceito de ciência que devemos ter agora e qual o que aplicamos para tratar a história? A história é tão somente representação, “película” ou “literatura bem informada”, como na conceituação de Veyne no seu *Como escrevemos a história*. Pretendemos que esta questão está no centro e é o leitmotiv mesmo da nossa reflexão sobre as novas “lentes” para a história.

Nossa atividade, em alguma medida pioneira no Brasil, nos fez pagar alguns preços. Um deles acha-se intrínseco a prática de não abrir mão de certos ideais e da nossa integridade e no respeito pelo direito do outro pensar do jeito que pensa, sobre a vida, ou sobre a história. Idéia que temeríamos ou que recusaríamos com violência, teria vantagem sobre nós! Na ciência, como na vida e no amor, não existe mérito em si jogar o jogo das cartas marcadas. É preciso saborear cada conquista com os méritos da ciência e da estética que seduz e conquista legitimamente. Cada

vitória deve sê-la de fato, ontologicamente – e não apenas epistemologicamente. E nisso reside o fundamento maior de qualquer ética humanista.

Assim, com o número 6 de *O Olho da História* comemoramos mais uma vez os 10 primeiros anos da *Oficina Cinema-História*, modesto núcleo de investigação, reflexão e produção no campo mais largo da relação IMAGEM-HISTÓRIA. Cremos, portanto, e com razão, que merecemos (e felizmente o nosso mérito vem sendo reconhecido de modos diversos) não somente o apoio das instituições financiadoras e do apoio da nossa extensa rede de colaboradores e interlocutores que desde há primeira hora disseram presente à nossa proposta original. Seguramente vocês continuam conosco, ainda que seja em certos casos, inscrevendo apenas seus nomes em nossas trincheiras. Nós já somos vitoriosos apenas em reconhecer-vos. Em poder ver em seus rostos a expressão não apenas da solidariedade, mas também da humanidade à qual toda reflexão acadêmica, pelo menos, deveria buscar servir.

Jorge Nóvoa  
Editor

